

Ofício nº 168/2017

Ourinhos/SP, 27 de setembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Lucas Pocay Alves da Silva
DD Prefeito de Ourinhos/SP

Assunto: Informações sobre o Pregão Presencial nº 125/2017

O **Observatório Social do Brasil - Ourinhos¹**, na rotina do cumprimento de seus objetivos e em acompanhamento ao Pregão Presencial nº 125/2017, Processo Licitatório nº 2.120/2017, que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIOS**, a qual será destinado a várias secretarias do Poder Público e totalizando 5.241 peças.

Numa breve análise do Edital, pode-se constatar que não há especificações detalhadas que norteiem seus futuros usuários. Sendo assim, requeremos:

- **Quais Secretarias receberão estes vestuários e quais as quantidades para cada uma delas;**
- **Quais os servidores municipais que farão uso e a quantidade de peças que receberão destes vestuários.**

Ante a ausência específica de informações mais precisas sobre o objeto do edital, sugerimos o exemplo a seguir:



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICIPAL DE PATOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

1. Introdução e Base Legal

A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002 e Decreto Federal nº 3.555/2000.

2. **OBJETO: Aquisição de fardamento e vestuário para os agentes de trânsitos e servidores pertencentes a Superintendência de Trânsito e Transporte Público de Patos - PB/STTRANS**, conforme especificações constantes a seguir:

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

AGENTES DE TRANSITO			
Item	Descrição dos produtos	Unid	Quant
01	Gandola: cor amarelo limão (com detalhes refletivos, com a composição em tecido sítel fill - 83% poliéster e 17% algodão/proteção solar UV).	Unid	100
02	Calça: cor preta, calça em tecido em hip stop (com detalhe refletivo, com a composição em tecido 50% hip stop - 50% PA).	Unid	100

¹ O Observatório Social do Brasil - Ourinhos é uma organização não governamental, sem fins econômicos, que no exercício da cidadania tem como missão o controle social e o acompanhamento dos gastos públicos, a fim de garantir a qualidade de sua aplicação, prerrogativas estas previstas no artigo 5º, inciso XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal.

03	Camisa em malha: cor preta (com a composição em tecido PV - 67% poliéster e 33% viscose - c/serigrafia nas mangas, na frente e nas costas)	Unid	50
04	Calçado/coturnos: cor preta c/ cadarço	Pares	50
05	Bonés: cor preta c/bordado na frente e lateral.	Unid	50

SERVIDORES INTERNOS ADMINISTRATIVOS			
Item	Descrição dos produtos	Unid	Quant
01	Camisa polo: cor branca (camisa em malha piquet - 50% algodão e 50% poliéster c/ bordado na frente)	Unid	60
02	Camisa em malha PV cor branca c/bordado na frente (com a composição em tecido PV - 67% poliéster e 33% viscose - c/serigrafia nas mangas, na frente e nas costas)	Unid	20

SERVIDORES DE SINALIZAÇÃO VIARIA			
Item	Descrição dos produtos	Unid	Quant
01	Gandola: cor amarelo limão e laranja (com detalhes refletivos, com a composição em tecido sitel fill - 83% poliéster e 17% algodão/proteção solar UV).	Unid	30
02	Calça: cor laranja, calça em tecido brim (algodão - 100%).	Unid	30
03	Calçado/coturnos: cor preta c/ cadarço	Pares	30
04	Bonés: cor preta c/bordado na frente e lateral.	Unid	30

Rua Horácio Nóbrega, s/nº - Belo Horizonte - Patos - PB - CEP: 58.704-000
CNPJ: 07.408.825/0001-99 - Fone: (83) 3421-1019

Este exemplo, descreve claramente o destino final de onde serão feitas as entregas dos produtos e suas respectivas quantidades, trazendo ao Edital mais transparência e informações, tanto para os participantes do Certame, quanto à comunidade em geral que acompanha os Editais pelo site da Prefeitura Municipal.

Segundo o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Humberto Martins, descreve que:

É sabido que a Constituição Federal possui a previsão de diversos direitos que são autoaplicáveis. Um deles é o direito subjetivo dos cidadãos de receber informações (pessoais, coletivas e de interesse geral) dos órgãos públicos, que está prescrito no inciso XXXIII do art. 5º, o qual lista os direitos fundamentais. O mesmo direito subjetivo à informação, com menção expressa aos registros administrativos e às informações de atos de governo está no inciso II do § 3º do art. 37 da Carta Política.

Diante do apresentado, encaminhamos à apreciação de V. Exª., para que, cumprindo com o dever de agir, da ética e moralidade, adote as providências cabíveis.

Como é padrão da REDE de controle social do Observatório Social do Brasil, através dos mais de 130 Observatórios Sociais instalados em 19 Estados Brasileiros, que na ausência de cumprimento por parte deste Poder Executivo, deve ser comunicado a Câmara dos Vereadores, onde não havendo manifestação, ao Ministério Público e, por fim ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Reiteramos que temos como objetivo exercer o controle social, a fim de garantir a qualidade na aplicação dos recursos públicos, principal atividade exercida pelo

Observatório Social do Brasil – Ourinhos.

Atenciosamente,



Emerson Cavalcante

Presidente

OSBO – Observatório Social do Brasil – Ourinhos